

ANEXO I - Termo de Referência**PROCESSO Nº. 004/2020/PreviD****EDITAL, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2020/PreviD****TIPO: “MENOR PREÇO” - APURADO PELO MENOR VALOR DE AGENCIAMENTO (por emissão de bilhete aéreo)****1. DA JUSTIFICATIVA:**

- 1.1. Considerando, que durante o ano são realizados eventos a nível nacional e estadual, com o intuito de abordar temáticas pertinentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em âmbito jurídico, administrativo e financeiro, que promovem debates e troca de experiências aos participantes, e carecem da representação deste órgão no cenário de RPPS nacional, faz-se necessário, viabilizar a participação dos membros do Instituto nestes eventos.
- 1.2. Considerando, que vários desses eventos não são realizados no estado de Mato Grosso do Sul, e em razão das médias e longas distâncias a serem percorridas, o meio de transporte aéreo demonstra bastante agilidade e conforto, além de proporcionar segurança aos seus passageiros. Demonstrando-se, assim, imprescindível, a contratação de empresa especializada em fornecimento de passagens aéreas nacional, quando em serviço dos servidores, gestores, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos.
- 1.3. Salienta-se que, durante o exercício de 2019, o Instituto utilizou-se de 35 (trinta e cinco) bilhetes, contando os trechos de ida e volta, a fim de deslocar seus membros para participação em eventos, cursos e congressos em diversos estados do Brasil.
- 1.4. Justificada a necessidade, a empresa especializada a ser contratada deverá providenciar a emissão de bilhetes aéreos e serviços de agenciamento, tais como: atendimento personalizado, a fim de dirimir quaisquer dúvidas quanto a rotas e destinos; pesquisa de preços, inclusive quanto a promoções concedidas pelas companhias aéreas, reservas, cancelamento e remarcação, garantindo à Administração Pública celeridade, economicidade e eficiência, quanto a busca e aquisição de passagens aéreas.

2. DO OBJETO

- 2.1. Constitui-se objeto do presente Termo de Referência à **contratação de empresa especializada para fornecimento de passagens aéreas nacionais**, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. De acordo com o previsto no Decreto Municipal 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, bem como, na Lei Federal 10.520/2002, os serviços a serem contratados enquadram-se como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.
- 3.2. Os serviços a serem contratados constituem-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e à Administração Pública CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Municipal nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações, aplicando-se ainda, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.
- 4.2. O procedimento licitatório será realizado na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo tipo MENOR PREÇO, apurado pelo **menor valor de agenciamento (por bilhete aéreo)**.

5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. Exigir-se-á das empresas as seguintes qualificações técnicas:

5.1.1. Apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executa/executou serviços pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação, devendo informar o nível de satisfação com a qualidade e presteza no processo de fornecimento dos mesmos;

- a) É necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
- b) No caso de atestados emitidos por empresas de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- c) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

5.1.2. Prova de cadastro no Ministério do Turismo, no programa denominado "CADASTUR – Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos e Profissionais do Turismo", conforme determina a Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e do art. 18 do Decreto Federal nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO E FORMAS DE FORNECIMENTO DO OBJETO

- 6.1. O objeto do presente termo deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. As passagens, objeto deste contrato, serão fornecidas de forma fracionada, conforme as necessidades e conveniências do PreviD, pelo período de duração da vigência do contrato.
- 6.3. A CONTRATADA deverá atender prontamente aos chamados do PreviD, todos os dias da semana, no horário de expediente compreendido das 07h30 às 13h30.
- 6.4. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento personalizado, durante todo o período de vigência contratual, para dirimir quaisquer dúvidas e imprevistos sobre o fornecimento, objeto deste termo de referência.
- 6.5. Em casos específicos e emergenciais, poderá haver solicitações/remarcações de passagens aéreas, além do horário de expediente ora mencionado, ou ainda, solicitações nos finais de semana e feriados, onde a CONTRATADA deverá dispor de funcionários com os respectivos contatos (telefone fixo e/ou celular e e-mail) que deverão ser fornecidos, previamente, para o cumprimento do objeto contratual.

- 6.6. Todas as solicitações de passagens serão realizadas unicamente pelo PreviD, por intermédio de servidor específico e/ou fiscal/gestor de contratos, e encaminhado à CONTRATADA via ofício ou e-mail.
- 6.7. **Inicialmente, será solicitado à CONTRATADA, um orçamento das companhias aéreas com a disponibilidade de horários e valores para o dia/mês especificado de acordo com a necessidade do usuário.**
- 6.7.1. A CONTRATADA deverá informar previamente ao CONTRATANTE, todas as possíveis opções de voos, com os horários de partida e chegada para o destino solicitado, com empresas aéreas diferentes (se possível), indicando inclusive as opções com ou sem escala ou conexões, os preços atuais das passagens, expresso em moeda corrente nacional e apurados na data da informação, na categoria ou classe indicada, para prévio conhecimento e escolha do CONTRATANTE;
- 6.7.2. Recomenda-se que a pesquisa de preços ocorra com, no mínimo, 3 (três) companhias aéreas distintas;
- 6.7.3. O envio dos orçamentos deverá ser realizado em até **2 (duas) horas**, contados do recebimento do pedido e, em caso emergencial, de, no máximo, **1 (uma) hora**.
- 6.8. De posse dos orçamentos, o PreviD indicará o horário e a companhia aérea escolhidos, e enviará a solicitação à CONTRATADA, por meio de **Autorização de Fornecimento**.
- 6.8.1. A Autorização de Fornecimento poderá ser realizada mediante Correspondência Oficial ou e-mail;
- 6.8.2. Na Autorização de Fornecimento, deverá constar, ao menos, os seguintes dados:
- a) Nº do contrato, nº do processo de origem, número da nota de empenho;
 - b) Origem e destino, data(s) e horário(s) das viagens;
 - c) Local de entrega;
 - d) Dados dos passageiros;
 - e) Indicação do Fiscal e Gestor de Contratos
- 6.9. A CONTRATADA deverá fornecer o bilhete ou o e-ticket e o localizador, em um **prazo de até 24 (vinte e quatro) horas**, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, exceto em casos emergenciais, onde a CONTRATADA deverá emitir e entregar os bilhetes no **prazo máximo de 2 (duas) horas**.
- 6.9.1. Os localizadores deverão ser encaminhados ao CONTRATANTE, preferencialmente, em arquivo **.pdf**, visando o melhor controle e impressão dos mesmos.
- 6.10. A reserva das passagens deverá ser realizada tendo como parâmetro o horário e o período da participação no evento, atentando-se para a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva.
- 6.11. As passagens fornecidas através de bilhete eletrônico deverão ficar disponíveis para o passageiro na Agência da Companhia ou aeroporto indicada pela CONTRATADA.
- 6.12. Os preços das passagens serão os vigentes nas empresas, com o repasse das tarifas promocionais, correspondendo ao valor do bilhete na data das passagens.
- 6.12.1. O preço da passagem aérea será pago pelo preço praticado, por ocasião da sua emissão e corresponderá ao somatório dos seguintes elementos:
- a) **Valor do assento (valor cobrado pelo serviço de transporte aéreo);**
 - b) **Taxa de embarque e Tarifa por Adulto (ADT);**
 - c) **Franquia de bagagem, se houver;**

d) Taxa de agenciamento, conforme proposta da CONTRATADA apresentada no certame licitatório.

- 6.12.2.** A Remuneração do Agente de Viagem (RAV) será paga por operação relativa à emissão do bilhete, considerando o trecho (ida/volta) por adulto, inclusive em casos de cancelamento ou remarcação.
- 6.12.3.** A cobrança da passagem aérea, incluindo todos os elementos supracitados e conforme detalhado no subitem anterior, deverá compreender todo o percurso entre a origem e destino, independentemente de existirem conexões, escalas ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.
- 6.12.4.** O CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar a comprovação, sempre que julgar necessária, do valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes das passagens, devendo este valor ser igual ou menor ao visualizado na tela do site da companhia aérea para o setor privado.
- 6.12.5.** Constatada diferença em desfavor do CONTRATANTE, pelo cotejo entre o valor cobrado pela CONTRATADA e aquele informado pela companhia aérea em seu sítio eletrônico, a diferença será glosada dos créditos devidos em favor da CONTRATADA.
- 6.13.** Os preços promocionais ofertados à CONTRATADA deverão obrigatoriamente, ser repassados ao CONTRATANTE.
- 6.14.** As passagens deverão ser emitidas sempre no menor valor, prevalecendo, sempre que disponível, a tarifa promocional em classe econômica (Art. 2º, inciso III, da Portaria MPOG nº 98/2003).
- 6.15.** Deverão estar computados sobre o valor das passagens, todos os tributos, impostos, tarifas, taxas de embarque, entrega das passagens e despesas sobre a execução do Contrato, correndo tal operação, única e exclusivamente, por responsabilidade da CONTRATADA.
- 6.16.** As passagens devem ser emitidas com trechos de origem e destino, previamente marcados, não sendo permitida a emissão de trechos com datas em aberto, salvo por autorização do CONTRATANTE.
- 6.17.** Serão de inteira responsabilidade do passageiro, eventuais alterações de percurso ou de datas e horários de deslocamento, **quando não autorizados ou determinados pelo CONTRATANTE.**
- 6.18.** A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, encaminhar o bilhete completo, contendo todas as informações para o embarque/desembarque, multas de remarcação ou de não comparecimento (no-show), entre outras.
- 6.19.** A CONTRATADA deverá realizar a remarcação/cancelamento da passagem aérea sempre que for solicitado pelo CONTRATANTE, estando esta, ciente das taxas e multas provenientes da remarcação conforme descritos no localizador/bilhete.
- 6.19.1.** Em casos de remarcação de bilhetes o CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA com antecedência de, no mínimo, **2 (dois) dias** da data da viagem.
- 6.19.2.** Em casos de remarcação e/ou cancelamento das passagens aéreas, considerar-se-á o prazo para o recebimento das novas passagens ou da conclusão do cancelamento de **até 02 (duas) horas** após a solicitação pelo CONTRATANTE.
- 6.20.** A CONTRATADA se obrigará a aceitar, em devolução, bilhetes de passagens não utilizados, reeditando ao PreviD os valores correspondentes, que serão deduzidos em faturas posteriores.
- 6.21.** Caso haja a constatação de quaisquer falhas durante o fornecimento das passagens, a CONTRATADA deverá corrigi-las em um prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob aplicação das sanções administrativas.

- 6.22. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

7. DO CRONOGRAMA

7.1. Prazo de Execução:

- 7.1.1. **Entrega do orçamento:** Em até 2 (duas) horas, contados do recebimento do pedido e, em caso emergencial, de, no máximo, 1 (uma) hora.
- 7.1.2. **Entrega do bilhete e/ou e-ticket e localizador:** Em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da emissão da Autorização de Fornecimento, exceto em casos emergenciais, onde a CONTRATADA deverá emitir e entregar os bilhetes no prazo máximo de 2 (duas) horas.
- 7.1.3. **Cancelamentos e/ou Remarcações do Bilhete, e-ticket ou localizador:** Em até 02 (duas) horas, contados da solicitação pelo CONTRATANTE.

8. DO LOCAL DE ENTREGA

- 8.1. Os orçamentos, bilhetes ou e-tickets e localizador deverão ser encaminhados, preferencialmente, nos e-mails institucionais do CONTRATANTE, tais como: **presidencia@previd.ms.gov.br; compras@previd.ms.gov.br e financeiro@previd.ms.gov.br**, ou na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PREVID, situado na Av. Weimar Gonçalves Torres, nº 3.215, sala D, Centro, Dourados/MS – CEP: 79.800-025.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1. O prazo de vigência do Contrato será **da data de assinatura do contrato até a data de 31 de dezembro de 2020**, podendo ser prorrogado de acordo com as normas da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

10. DA COMISSÃO DE RECEBIMENTOS E DO FISCAL DE CONTRATOS

- 10.1. Todos os serviços, mercadorias e demais bens, adquiridos pelo CONTRATANTE, deverão ser conferidos por 02 (dois) membros da Comissão de Recebimento, designados por meio da Portaria nº 049/2018/ADM/PREVID, publicada no Diário Oficial de Dourados – Ano XX, nº 4.711, de 15 de junho de 2018.
- 10.2. Será designado um servidor do Instituto para acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, mediante portaria administrativa, a qual será devidamente publicada no Diário Oficial de Dourados e posteriormente juntada ao procedimento de contratação.
- 10.3. A Comissão somente é responsável pela conferência dos produtos/serviços recebidos ao Instituto, competindo somente ao fiscal de contratos, o acompanhamento quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento.

11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 11.1. Os objetos, estando de acordo com a proposta de preços e de acordo com o disposto no edital e seus anexos, serão recebidos na forma do inciso I, do art. 73 da lei 8.666/93:
- I. **PROVISORIAMENTE** – aceito pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante recibo, para efeito de posterior verificação em conformidade com a especificação solicitada, em um prazo de até 15 (quinze) dias.

- II. **DEFINITIVAMENTE** – após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

- 11.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:

18.00. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados

18.01. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados

09.272.124. – Manter do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

2.075 – Manutenção das Atividades do IPSSD

3.3.90.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção

3.3.90.33.01 – Passagens aéreas

Fonte 103000

- 12.2. O valor fixado para a contratação é de **R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, tendo como **valor máximo estimado em R\$ 46,70 (quarenta seis reais e setenta centavos) o VALOR DE AGENCIAMENTO (RAV), por emissão de bilhete**, considerando o trecho (ida/volta) por adulto, conforme **Anexo III – Planilha de Preços**.

- 12.2.1.** O valor máximo de R\$ 46,70 (quarenta seis reais e setenta centavos) estipulado para o VALOR DE AGENCIAMENTO (RAV) por emissão de bilhete, foi obtido a partir do arredondamento para cima do valor médio das propostas.

- 12.3. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar-se ou não, da totalidade da verba prevista.

- 12.4. Os valores correspondentes aos exercícios financeiros posteriores correrão por dotação orçamentária a ser estipulada oportunamente.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

- 13.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados em até **10 (dez) dias úteis**, conforme o fornecimento das passagens, contados da data de apresentação do **documento com validade fiscal**, devidamente atestado pelo setor competente, juntamente com **as certidões negativa de tributos das esferas federal, estadual e municipal, e das certidões de regularidade do FGTS e trabalhista**.

- 13.2. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, vigente à época do pagamento, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal, conforme cláusula supra, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual**.

- 13.3. Os **documentos com validade fiscal** correspondentes, serão discriminativos, constando, no mínimo, as seguintes informações, a fim de se comprovar o serviço prestado e do valor que deverá ser pago:

- Número da requisição/solicitação;
- Nome do passageiro;
- Identificação do bilhete (número, companhia aérea, horário e o trecho);
- Valor do bilhete, detalhando a composição dos custos, conforme elencado no item **6.12.1.** deste termo de referência;

- e) Valor bruto da fatura;
 - f) Valor Líquido da Fatura;
 - g) Valor da dedução dos tributos;
 - h) Cópia do bilhete da passagem;
 - i) Constar a razão social do CONTRATANTE;
 - j) **Número do Contrato firmado, número da nota de empenho**, bem como banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento.
 - k) Valor da Multa aplicada pela companhia aérea em razão de remarcações ou endosso das passagens aéreas, quando for o caso.
- 13.4. Caso se constate erro ou irregularidade no documento com validade fiscal, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-lo, para as devidas correções, ou aceitá-lo, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 13.5. Na hipótese de devolução do documento com validade fiscal, será considerado como **não** apresentado, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após sua reapresentação.
- 13.6. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IGP-M ou índice que venha substituí-lo.
- 13.7. O CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 13.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 13.10. O CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 13.11. A CONTRATADA ficará obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato de acordo com art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.12. Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro durante a execução do presente contrato, a CONTRATADA poderá requerer formalmente ao PreviD a revisão dos valores pactuados, relatando os detalhes e os fatos anexando ao pedido os documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, o qual será submetido à análise e parecer do órgão CONTRATANTE conforme previstos no art. 65, da lei 8.666/93.
- 13.13. Os preços serão fixos e irrevogáveis e deverão ser expressos em moeda corrente do país, salvo se em decorrência de prorrogações do prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a CONTRATADA poderá ter o saldo remanescente ajustado, se houver.
- 13.14. O reajuste de valores, em virtude da prorrogação contratual, será medido pelo IGP-M/ FGV ou SINAPI, conforme o caso, ou qualquer outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.
- 13.15. Fica expressamente estabelecido que, no preço apresentado na proposta, deverão estar inclusas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: tributos, seguros, encargos sociais, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto contratual.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRADADA

- 14.1. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 14.2. Executar os serviços objeto deste Contrato de acordo com as especificações e/ou normas exigidas pelo CONTRATANTE.
- 14.3. Cumprir rigorosamente com comprometimento, assiduidade e qualidade dos serviços prestados, **o que se encontra disposto no edital e seus anexos.**
- 14.4. Realizar o objeto da contratação, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando a seu cargo todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional ao PreviD, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.
- 14.5. **Realizar o pagamento das passagens emitidas em nome de passageiros do CONTRATANTE, em tempo hábil, de forma a permitir a efetivação dos pagamentos dentro do prazo estabelecido para sua concessão.**
 - 14.5.1. **Atentar-se, especialmente, para o pagamento das passagens emitidas com tarifas promocionais ou reduzidas, em tempo hábil, para que não ocorra quaisquer prejuízos ao CONTRATANTE.**
- 14.6. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal capacitado e suficiente para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 14.7. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste termo de referência, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 14.8. Responsabilizar-se por recolhimento ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 14.9. **Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto (s)** que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato que será o responsável pelo bom andamento sobre o fornecimento do objeto e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 14.10. Atender as solicitações em todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, durante ou após o horário comercial.
- 14.11. Dar atendimento de emergência (fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados), aos passageiros que estejam à serviço do CONTRATANTE.
- 14.12. Empenhar-se no sentido de assegurar o embarque dos passageiros que estejam à serviço do CONTRATANTE, bem como obter conexões quando houver necessidades.
- 14.13. Fornecer o localizador de passagem aérea, conforme os prazos definidos na cláusula sétima deste instrumento.

- 14.14. Oferecer atendimento personalizado, durante todo o período estabelecido de vigência do contrato, para dirimir quaisquer dúvidas e imprevistos sobre o fornecimento.
- 14.15. Utilizar, nas passagens requeridas pelo CONTRATANTE, das menores tarifas existentes.
- 14.16. Informar ao CONTRATANTE previamente à emissão, todas as possíveis opções de voos com os horários de partida e chegada para o destino solicitado, com empresas aéreas diferentes se possível, conforme o destino solicitado, indicando inclusive as opções com ou sem escala ou conexões, os preços atuais das passagens, expresso em moeda corrente nacional e apurados na data da informação, na categoria ou classe indicada, para prévio conhecimento e escolha do CONTRATANTE.
- 14.17. Emitir passagens aéreas com tarifa promocional quando a solicitação do PreviD se der no período de promoção estabelecido pelas companhias.
- 14.18. Repassar ao CONTRATANTE todos os descontos oferecidos pelas companhias aéreas, inclusive tarifas promocionais, desde que atendidas as condições estabelecidas para o oferecimento de tais descontos e tarifas.
- 14.19. Não havendo tarifa promocional, deverá ser informado pela CONTRATADA, de forma oficial, antes da emissão do bilhete da passagem por esta.
- 14.20. O Serviço de fornecimento das passagens deverá ser realizado de acordo com a solicitação do PreviD, devendo ser realizadas em tempo hábil para que se efetive a aquisição das passagens, respeitando-se as datas de saída e chegada a que se destina a passagem solicitada.
- 14.21. Os procedimentos de reserva/solicitação de bilhetes de passagens deverão ser atribuídos à CONTRATADA, a quem caberá a realização da reserva orientada e a aquisição de bilhete de passagem aérea observando sempre o menor preço, prevalecendo, sempre que disponível, a tarifa promocional e a classe econômica, salvo houver motivo justificado para a impossibilidade de utilização de voo promocional informado pela mesma ou ainda, pela inexistência de voo com tarifa promocional para o trecho destino solicitado.
- 14.22. Informar ao CONTRATANTE, antes do início da vigência do contrato, os impedimentos da execução do serviço, justificando-os e comprovando-os.
- 14.23. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade ou quaisquer alterações necessárias, que interfiram na execução e bom andamento dos serviços, objeto do presente termo de referência.
- 14.24. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 14.25. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao PreviD ou a terceiros, nas dependências deste Instituto ou no local onde será prestado o serviço.
- 14.26. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se abrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.
- 14.27. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados com os serviços prestados, originalmente ou vinculado por prevenção, conexão ou continência.
- 14.28. Ressarcir ao CONTRATANTE o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigências do CONTRATANTE ao ainda por

caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência;

- 14.29. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o PreviD, por meio de seu representante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 14.30. Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, bem como, providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato.
- 14.31. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 14.32. Acatar o código de defesa do consumidor conforme disposto na lei 8.078/90.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 15.1. Fiscalizar, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 15.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 15.3. Efetuar o pagamento das faturas decorrentes do fornecimento de passagens, desde que as requisições tenham sido assinadas por funcionários credenciados, deduzindo os créditos a que fizer jus o CONTRATANTE, quando ainda não deduzidos pela CONTRATADA.
- 15.4. Solicitar à CONTRATADA, através de correspondência ou de documento específico de devolução, o reembolso de passagens não utilizadas ou utilizadas parcialmente.
- 15.5. Prezar pela boa-fé e veracidade das informações, quando solicitadas.
- 15.6. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução do contrato.
- 15.7. Acompanhar a execução do contrato efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão dos serviços.
- 15.8. Acompanhar, caso necessário, as cotações e preços praticados no momento da requisição do bilhete, efetuando consultas em agências de viagens e/ou diretamente nas companhias, buscando os valores disponibilizados nesse momento, para a confirmação da base tarifária do bilhete.
- 15.9. Notificar, formal e tempestivamente, à CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- 15.10. Notificar à CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 15.11. Aplicar as penalidades legais e contratuais.
- 15.12. Comunicar expressamente à CONTRATADA as irregularidades observadas durante sua execução e providenciar as devidas correções.
- 15.13. Rejeitar os serviços que a CONTRATADA executar fora das especificações do edital e seus anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

16. DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 16.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 16.2. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial do fornecimento nos prazos propostos e contratados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 16.3. A rescisão não dará à CONTRATADA o direito de indenizar a qualquer título, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 16.4. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrente deste Contrato limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 16.5. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- a. A nulidade não exonera o Instituto do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 16.6. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA previstas no presente Contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no **subitem 18.01 do Edital**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 17.2. As penalidades previstas no subitem anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- 17.3. A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:
- I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 - II. Não celebrar o contrato;
 - III. Ensejar o retardamento na execução do objeto do CONTRATO;
 - IV. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - V. Falhar ou fraudar na execução do objeto do CONTRATO;
 - VI. Comportar-se de modo inidôneo;
 - VII. Cometer fraude fiscal.
- 17.4. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, o Instituto poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar irregularidades de pequena monta;
 - b) Multa administrativa de **10% (dez por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de:
 - I. Inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, bem como pelo descumprimento de normas de legislação pertinentes à execução do objeto contratual;
 - II. Rescisão contratual, sem justo motivo, pela CONTRATADA.
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, até o prazo de 2 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.5. As sanções previstas nas **alíneas “a”, “c” e “d” do subitem anterior** poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.
- 17.6. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.
- 17.7. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.
- 17.8. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.
- 17.9. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.
- 17.10. Sendo aplicada multa, decorrido o prazo para recurso deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma no Departamento Financeiro do PREVID, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da mesma.
- 17.11. A CONTRATADA poderá perder tal a condição, caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:
- I. estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômica – financeira comprometida;
 - II. ter título protestado cujo valor possua, a juízo do contratado comprometer a sua idoneidade financeira e/ou a eficiente execução do Contrato;
 - III. ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS e FGTS.
- 17.12. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 18.1. A Licitante Vencedora CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente Edital, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do Instituto, observadas as disposições legais pertinentes.

19. DAS AMOSTRAS E CATÁLOGOS

19.1. Não será exigido amostra ou catálogos no presente certame.

20. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.1. Elaborado, a partir da reunião de informadas à Diretoria Administrativa, através da senhora Silvana Maria Radaelli de Assis - Diretora Administrativa.

21. DA AUTORIZAÇÃO

21.1. Aprovo o presente Termo de Referência e Autorizo a realização da Licitação na modalidade Pregão Presencial.

Dourados/MS, 05 de fevereiro de 2020.

ANA CAROLINA GONINO BARRETO

Pregoeira